# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

*Processo TC nº* **17.540/12**

Objeto: Aposentadoria
Interessado(a): Laura Alves Rabelo
Órgão: PBPrev.
Gestor Responsável: Hélio Carneiro Fernandes
Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

## ACÓRDÃO AC1 – TC – 2.163/2014

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do Processo TC nº 17.540/12, referente à Aposentadoria Voluntária com proventos integrais da Sra. Laura Alves Rabelo, Matrícula nº 739.669, Professora, lotada na Secretaria de Estado de Educação, acordam os Conselheiros integrantes da *1ª* ***CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA***, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em CONCEDER REGISTRO ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e achou-se correto o cálculo dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.
**TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.**

João Pessoa (PB), 08 de maio de 2014.

***Cons. Fernando Rodrigues Catão***
No exercício da Presidência

***Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho***
Relator

Fui presente :

**REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC nº 17.540/12**

## RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da PBPrev, concedendo Aposentadoria Voluntária com proventos da Sra Laura Alves Rabelo, Matrícula nº 739.669, Professora, lotada na Secretaria de Estado de Educação, que contava, à época do ato, com 11.324 dias de tempo de serviço, e idade de 51 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPjTCE.

É o relatório.

***Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho***
**RELATOR**

## VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto!

***Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho***
**AUDITOR RELATOR**

Em 8 de Maio de 2014

Assinado Eletronicamente
conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

**Cons. Fernando Rodrigues Catão**
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado Eletronicamente
conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

**Auditor Antônio Gomes Vieira Filho**
RELATOR

Assinado Eletronicamente
conforme LC 18/93, alterada pela LC 91/2009 e
pelo Regimento Interno, alterado pela
RA TC 18/2009

**Sheyla Barreto Braga de Queiroz**
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO